

O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO NA EQUALIZAÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO MUNICIPAL

THE PARTICIPATION FUND IN THE EQUALIZATION OF MUNICIPAL
SOCIO-ECONOMIC DEVELOPMENT

EL FONDO DE PARTICIPACIÓN EN LA EQUIPARACIÓN DEL
DESARROLLO SOCIOECONÓMICO MUNICIPAL

PEDRO HENRIQUE JESUS OLIVEIRA

Possui graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Viçosa - Univixosa (2019). Possui uma pós-graduação em planejamento tributário pela faculdade Unileya. Atuou na iniciativa privada, mais especificamente em escritório de contabilidade exercendo a função de analista fiscal. É mestre em administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 2025, tendo como foco a linha de contabilidade pública. Atualmente está em doutoramento em administração pela mesma instituição. Atua como professor substituto no departamento de Administração e Contabilidade na UFV. Tem interesse em pesquisa em áreas de contabilidade privada e pública, como o gerenciamento de resultados.

RESUMO:

O presente trabalho teve como objetivo pesquisar se o Fundo de participação dos Municípios (FPM) atua como equalizador no desenvolvimento socioeconômicos nos pequenos municípios do estado de Minas Gerais. Como proxy de desenvolvimento socioeconômico foi utilizado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). A amostra da pesquisa conta com 91,67% dos municípios mineiros. Como metodologia, foram selecionadas doze variáveis e foi operacionalizado a regressão linear múltipla. Como resultado, foi constatado que o FPM não tem atuado de forma positiva com o IDHM. Foi constatado que das doze mesorregiões de Minas Gerais, apenas na Zona da Mata a relação foi positiva. Menciona-se também que houve houveram outras variáveis positivas com o IDHM, como por exemplo o Índice de Gini, taxa de urbanização, famílias inscritas no CadÚnico.

Palavras-chave: Fundo de Participação dos Municípios; IDHM; Desenvolvimento Socioeconômico.

ABSTRACT:

The aim of this study was to investigate whether the Municipal Participation Fund (FPM) acts as an equalizer in the socio-economic development of small municipalities in the state of Minas Gerais. The Municipal Human Development Index (MHDI) was used as a proxy for socio-economic development. The research sample includes 91.67% of the municipalities in Minas Gerais. Twelve variables were selected and



multiple linear regression was used. As a result, it was found that the FPM has not had a positive effect on the MHDI. Of the twelve mesoregions in Minas Gerais, only the Zona da Mata had a positive relationship. It is also worth mentioning that there were other positive variables in relation to the MHDI, such as the Gini Index, the urbanization rate and families enrolled in CadÚnico.

Keywords: Municipal Participation Fund; IDHM; Socio-economic development.

RESUMEN:

El objetivo de este estudio fue investigar si el Fondo de Participación Municipal (FPM) actúa como igualador en el desarrollo socioeconómico de los pequeños municipios del estado de Minas Gerais. Se utilizó el Índice de Desarrollo Humano Municipal (IDHM) como proxy del desarrollo socioeconómico. La muestra de la investigación incluye el 91,67% de los municipios de Minas Gerais. Se seleccionaron doce variables y se utilizó la regresión lineal múltiple. Los resultados mostraron que el FPM no ha tenido un efecto positivo sobre el IDHM. De las doce mesorregiones de Minas Gerais, sólo la Zona da Mata tuvo una relación positiva. También se observó que había otras variables positivas en relación con el IDHM, como el Índice de Gini, la tasa de urbanización y las familias inscritas en el CadÚnico.

Palabras clave: Fondo de Participación Municipal; IDHM; Desarrollo socioeconómico.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, conforme texto constitucional, adota o federalismo como forma de Estado com o compartilhamento do poder entre diferentes níveis de governo. Esta concepção clássica, segundo Oliveira (2007) é uma forma de organização do Estado concebida pela reunião de entes federados dotados de autonomia nos campos constitucional, político, econômico e fiscal, em um espaço nacional, articulados e com seus interesses preservados por um pacto político garantido pelo governo central. Apesar de não haver consenso na literatura sobre a definição de federalismo, a maioria dos autores o definem como a forma de Estado, em que de maneira autônoma e simultânea, coexistem diferentes níveis de poder, cada um atuando de forma independente sobre a sociedade.

Para Lopreato (2022), a força do governo central na origem do Estado nacional o colocou como a instância responsável por regular e definir as linhas gerais de atuação a serem seguidas. A União passou a ter um papel proeminente, mas não absoluto, no pacto de poder federalista, garantindo o arranjo político com os governos subnacionais e a integridade do espaço territorial. A Constituição Federal passou a



conceder aos municípios maior autonomia na administração e gestão dos recursos públicos como também a realização de políticas sociais, através de um modelo descentralizado de Estado (Carneiro; Brasil, 2010). Neste modelo, apesar dos municípios serem dotados de autonomia administrativa, legislativa e financeira, grande parte dos municípios não conseguem, na maioria das vezes, se manter com o com os recursos próprios (Dantas et al., 2019), mesmo sendo autorizados a tributar (Schoueri, 2017), ficando dependentes das transferências intergovernamentais (Rezende, 2006).

Estas transferências utilizadas para corrigir o desequilíbrio federativo e reduzir as desigualdades inter e intrarregionais originam-se da repartição e repasse de tributos arrecadados. Esses repasses de recursos aos municípios, via Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além de diminuir a desigualdade econômica e social dos municípios, contribuem também para corrigir os desequilíbrios verticais e horizontais entre governos (Bachur, 2005; Batista, 2015).

Mendes et al. (2008) consideram que as transferências intergovernamentais são indispensáveis para o bom funcionamento e eficiência dos sistemas federativos. Elas representam mecanismos de descentralização fiscal e de encargos, constituindo-se em ferramentas importantes para redução das disparidades econômicas, existentes entre os governos centrais e os entes federados, a fim de manter os sistemas federativos operando com eficiência. Entretanto, autores como Massardi e Abrantes (2016), Rodrigues e Silva (2020) criticam os critérios de distribuição considerando o fato de alguns municípios, em função de sua faixa populacional, serem mais beneficiados que outros, independentemente de sua necessidade financeira e capacidade fiscal.

Lopreato (2022) afirma que a desigualdade regional e as diferenças de receita tributária disponível per capita constituem outros traços perenes do federalismo brasileiro, considerando que a dinâmica econômica engendrou o poder de cada região e deu lugar a um arranjo político peculiar, marcado pela força desigual dos entes federativos. Na visão do referido autor, o sistema tributário pouco fez para atenuar esse quadro de desigualdade e a constituição de um sistema de partilha de caráter distributivo, apesar de amenizar, não solucionou o problema deixando questões sistêmicas, federativas e inter setoriais não resolvidas, à espera de políticas públicas para solucioná-las.



Para Corralo (2019) são grandes os desafios dos municípios, considerando que, com a arrecadação de tributos de sua competência, a maioria não consegue melhorar a sua condição com a eficientização máxima das suas políticas fiscais, salvo exceções, os grandes centros urbanos. Por consequência, dentre as transferências constitucionais, a que mais se destaca é o repasse do FPM, seja por sua base formada por tributos federais e por se destacar no volume dos repasses aos municípios menores. Contudo, não basta repassar recursos para administrações fragilizadas e com limitadíssima capacidade de governo e escala.

Nesse sentido, Lopreato (2022) aponta que a questão da desigualdade regional, a distribuição dos recursos tributários e o sistema de partilha, a evolução do poder de regulação federal, as relações do centro com os entes subnacionais quanto à realização de gastos e autonomia de decisões e, finalmente a dinâmica da articulação entre estados e municípios devem ser analisadas e avaliadas diante dos efeitos provocados por mudanças econômicas e políticas

A literatura sobre a temática do Fundo de Participação dos Municípios aborda diversos aspectos, relacionados à dependência dos municípios com a transferência do recurso (Bremaeker, 2011; Fontinele et al., 2014; Massardi; Abrantes, 2016), ao nível de receitas próprias se comparadas com o FPM (Lopes; Sucupira, 2016), aos fatores de distribuição do recurso (Rocha, 2019), dentre outros. Complementando estas temáticas e considerando as diferenças fiscais, estruturais e de escala entre municípios, este estudo pretende responder a questões relacionadas ao papel do Fundo de Participação dos Municípios na equalização do desenvolvimento socioeconômico dos municípios mineiros.

Considerando este cenário, uma questão é levantada: **O Fundo de Participação dos Municípios tem atuado na equalização para o desenvolvimento socioeconômico dos pequenos municípios?**

Partindo da hipótese que o FPM não apresenta relação direta com o desenvolvimento socioeconômico em diferentes estratos populacionais, o objetivo deste artigo consiste em identificar a efetividade da distribuição e aplicação das transferências intergovernamentais do FPM na equalização do desenvolvimento socioeconômico dos municípios mineiros.

A realização deste estudo se justifica considerando a existência das desigualdades sociais e econômicas regionais e inter-regionais no país e o papel do FPM e seus critérios de distribuição para a equalização dessas desigualdades. O



Índice de Gini em 2022 para o produto per capita dos municípios foi de aproximadamente 0,518, mostrando que as condições de vida entre indivíduos que residem em cidades distintas são significativamente diferentes.

2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS PARA OS MUNICÍPIOS

O Fundo de Participação dos Municípios, presente na Federação desde 1966 com o Código Tributário Nacional, já constituía pela partilha de receitas à base do pacto federativo com o intuito de conceder autonomia financeira aos municípios. Para Tristão (2003), as transferências intergovernamentais servem como mecanismo para compensar a disparidade regional de receitas, ou até mesmo custos e benefícios externos e para Veloso (2008), trazem uma harmonia nas políticas públicas municipais objetivando prover o bem-estar da população.

Os valores repassados pelas transferências intergovernamentais são importantes para o bom funcionamento da administração pública municipal (Mendes, 2008). Neste ponto destaca-se o FPM com a função de reduzir o desequilíbrio entre os governos. Entretanto, a dependência dos municípios frente a este Fundo, na visão de Leroy et al. (2017), compromete financeiramente o ente municipal o que surte um efeito negativo no desenvolvimento socioeconômico. A vulnerabilidade dos recursos do FPM pode ser ainda mais exposta, na variação dos valores do repasse. Soares et al. (2014), ao identificarem redução no valor do FPM no período de 2008 e 2009, observaram um efeito direto sobre os municípios mais dependentes deste Fundo, indicando que esta dependência pode comprometer o equilíbrio as finanças municipais.

Sobre este fato, em estudo seminal, Oates (1972) apontou que as transferências intergovernamentais acarretam nos entes uma ilusão fiscal, pois cria-se nas unidades receptoras a expectativa de que os bens e serviços públicos oferecidos pelo governo local possam ser financiados por outras instâncias de governo que por sua vez acabam onerando outras comunidades distintas.

Para Hines e Thaler (1995), os governos subnacionais dão tratamento diferenciado para as receitas obtidas com o esforço da sua exploração da base tributária (arrecadação própria) e os recursos advindos das TI. Para os pesquisadores, existe maior consciência dos governos locais na aplicação dos recursos resultantes



das receitas próprias. Todavia, o mesmo não acontece quando o recurso é obtido pelas transferências intergovernamentais.

Sarucg e Sagbas (2008), examinaram o efeito das transferências sobre a ótica do efeito *flypaper* no estímulo de arrecadação dos entes subnacionais, onde identificaram a existência de menor esforço fiscal por parte dos governos subnacionais, causa dependência dos recursos transferidos pelo governo central, gera um aumento dos gastos e não contribui com o desenvolvimento econômico.

Massardi e Abrantes (2016) pesquisaram o efeito do repasse do FPM nos municípios do estado de Minas Gerais. Em seus resultados, os autores apontaram que em média o FPM representava cerca de 45,5% de todas receitas disponíveis, outrossim em alguns municípios o percentual ultrapassava 75% do recurso financeiro. A pesquisa de Bremaeker (2011), confirma que o FPM representa mais de 50% da receita orçamentária dos entes municipais.

Diniz et al. (2017) examinaram a relação entre o sistema de transferência da educação (FUNDEB) e a eficiência nos serviços de educação básica dos municípios do estado da Paraíba. A amostra do estudo contou com 208 municípios, no período de 2009 a 2011. Os pesquisadores apontam que os entes municipais não dependentes das transferências intergovernamentais são mais eficientes e que em contrapartida, os municípios que recebem mais recursos das transferências são menos eficientes.

A pesquisa de Pansani et al. (2020), analisou o Fundo de Participação dos Estados (FPE) sob o olhar do efeito *flypaper*. Como resultados, os autores também apontaram um elevado grau de subordinação dos entes subnacionais com relação as receitas auferidas. Outro fator apontado é que com o FPE, os gastos públicos passam a atender de forma menos enfática as demandas da sociedade, haja vista que os munícipes percebem uma queda na geração das receitas próprias. Isso afeta de forma direta o desenvolvimento local.

Já Silva e Ferreira (2020) investigaram se o FPM interfere na qualidade de vida dos habitantes da Zona da Mata mineira. Por meio de agrupamento das variáveis, foi realizada uma regressão fatorial para construção do índice de qualidade de vida (IQV). Os resultados da pesquisa apontam que a Zona da Mata é uma região heterogênea e que o repasse do FPM pode de fato interferir na qualidade de vida dos habitantes. Outro ponto destacado pelos autores é que os valores repassados aos municípios podem ser insuficientes para promover o desenvolvimento regional.



A presente pesquisa utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) como *proxy* da equalização no desenvolvimento socioeconômico dos municípios. O IDHM é usado como um guia para atestar acerca do desenvolvimento e bem-estar da população e também para gestores formularem as políticas públicas (Oliveira et al., 2023). Constata-se na literatura estudos referentes à investigação da relação de variáveis socioeconômicas com IDHM (Saab et al., 2021). O IDHM e eficiência (Navarro-Chavez, 2016), IDHM e investimentos na educação em microrregiões (Grike et al., 2018), despesas governamentais e o IDHM (Fadilah et al., 2018), relação do IDHM com o saneamento, saúde, coeficiente de Gini (Ijaz, 2018; Menezes; Furriel, 2019).

3 METODOLOGIA

3.1 AMOSTRA

A amostra do estudo compreendeu os municípios de pequeno porte I e pequeno porte II (IBGE, 2022), representando cerca de 91,67% do total do estado de Minas Gerais. Para isolar outros fatores regionais, associados às políticas e transferências estaduais, utilizou-se um mesmo Estado para a elaboração da investigação empírica. Sua escolha se deu por ser o maior Estado da região sudeste, o segundo mais populoso no país, com 20,5 milhões de habitantes distribuídos em 853 municípios numa área de 586.528,294 km², com grandes diferenças em população, sendo que o maior município Belo Horizonte possui 2.135.560 habitantes e o menor, 833 (IBGE, 2022).

Além disso, os municípios distribuídos em suas mesorregiões apresentam expressivas disparidades regionais com reflexos nos níveis intra e inter-regionais, coexistindo em um mesmo escopo territorial, regiões dinâmicas e modernas em contraste com regiões atrasadas e estagnadas, presentes em todos os estados brasileiros. Assim, a amostra representativa do Estado permitirá análise de um conjunto maior de dados possibilitando avaliar a diferença entre eles e entre as mesorregiões.

Quanto a utilização dos municípios de pequeno porte I e II na amostra, está embasada na justificativa de que unidades municipais menores tendem a depender



mais dos repasses intergovernamentais, haja vista que em muitos casos a arrecadação própria não é suficiente para manter o funcionamento administrativo, educacional, assistencial dentre outros.

3.2 Coleta dos dados

Os dados utilizados na pesquisa foram coletados em sites governamentais, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), dentre outros. Esses sites têm amplo uso pela literatura, (Barroso et al., 2022).

A escolha das variáveis tende a explicar a variável de resposta (IDHM), de modo que todas as variáveis selecionadas têm relação positiva ou negativa com o IDHM e são apresentadas no Quadro 1 com a discriminação da sigla de identificação, o ano a que o dado se refere, a fonte dos dados utilizados, expectativa teórica e a base teórica.

Quadro 1 - Variáveis utilizadas

Variáveis utilizadas	Sigla	Ano	Fonte	Expectativa Teórica	Base Teórica
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	IDHM	2020	IBGE	NA	Dalberto et al., (2015), Oliveira et al. (2023)
Valor do FPM do município dividido pelo número de habitantes	FPMPERC	2020	TESOURO NACIONAL	Positiva	Vieira et al. (2017)
Residência com energia elétrica	RCEL	2010	IBGE	Positiva	Oliveira et al. (2015), Silva, Ijaz (2018), Silva e Ferreira, (2020)
Taxa de Desemprego	TDES	2010	IBGE (Censo)	Positiva	Silva e Ferreira, (2020)
Índice de tratamento de esgoto	ITESG	2020	SNIS	Positiva	Menezes e Furriel (2019), Ijaz (2018), Fadilah et al. (2018) e Silva e Ferreira, (2020)
Expectativa de vida ao nascer	EVNASCER	2010	PNUD / IPEA	Positiva	Santos e Fonseca (2014)
Índice de Gini	INDG	2010	DataSus	Negativa	Menezes e Furriel (2019), Oliveira et al. (2023)
Índice da Educação Básica	IDEB	2019	GOV	Positiva	Bosch, Espasa e Mora (2012)
Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família	FICAD	2019	Atlas Brasil	Negativa	Cruz e Rocha (2021)



Analfabetismo na população com 15 anos ou mais (%)	ANALF	2010	IBGE (Censo)	Negativa	Souza et al., 2023
Taxa de Urbanização	TXURB	2020	IMRS	Negativa	Cóssio e Carvalho (2001)
Famílias residentes em área rural	FRAR	2020	IMRS	Negativa	Pinto et al. (2018)
Gasto per capita com atividade saúde	GPAT	2020	IMRS	Positiva	Bosch, Espasa e Mora (2012).
Índice Mineiro de Saúde	IMSRSAUDE	2020	IMRS	Positiva	Bosch, Espasa e Mora (2012)

Fonte: Elaborada pelos autores. NA= não se aplica.

Após coletados e ajustados, os dados foram tabulados no software Excel (versão 2016) e analisados no pacote de software estatístico Stata® (versão 15.0). Posteriormente, realizou-se uma análise de Regressão Linear Múltipla (RLM) para a variável dependente. A RLM é o método mais indicado pela literatura para verificar a correlação entre uma variável dependente contínua (variável explicada) e múltiplas variáveis independentes (variáveis explicativas), que podem afetar o resultado da variável dependente (Daniels; Minot, 2019).

4 RESULTADOS

De forma inicial, na Tabela 1 é apresentada a análise descritivas das variáveis. Ressalta-se que os números de observações são diferentes entre as variáveis considerando a ausência de dados de alguns municípios da amostra.

Tabela 1 – Análise descritiva das variáveis

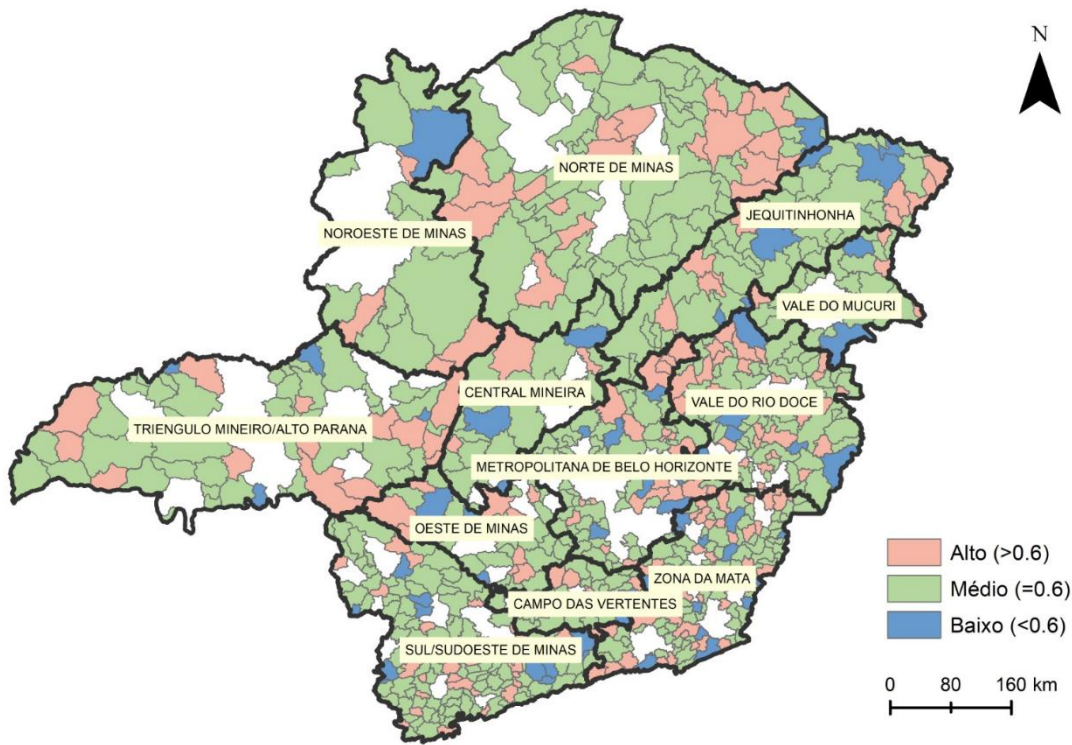
Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
IDHM	782	0.661	0.04	0.53	0.78
RCEL	782	98.459	2.29	83.04	100.00
TDES	782	6.132	3.17	0	21.99
ITESG	782	26.906	42.34	0	100.00
EVNASCER2010	782	74.198	1.82	67.28	78.10
INDICEDEGINI2010	782	0.479	0.05	0.32	0.78
IDEB2019	769	4.007	0.51	2.70	5.70
FICAD2017	782	75.333	7.77	42.57	91.98
ANALF	782	14.106	6.29	3.89	35.00
FPMPERC2	769	1.759,54	1.169,48	332,25	12.937,30
TXURB	782	4.308	0.21	2.97	4.60
FRAR	781	2.335	1.00	-1.23	4.18
GPAT	782	6.804	0.36	5.57	8.33
IMRSSAUDE	782	0.727	0.08	0.36	0.90

Fonte: Elaborada pelos autores.

A variável dependente IDHM apresentou uma média de 0.661, de acordo com a categorização do IDHM¹, indicando um índice de desenvolvimento médio, com baixa dispersão entre os municípios que apresentaram faixas de desenvolvimento variando de 0.53 a 0.78, sendo que 8% municípios apresentaram IDHM baixo, 67% médio e 25% alto, concentrado nas mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte (13%), Sul/Sudoeste de Minas (31%) e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (22%) (Figura 1).

Os municípios com baixo IDHM concentraram-se nas mesorregiões do Jequitinhonha (17%), Norte de Minas (30%), Vale do Mucuri (17%) e Vale do Rio Doce (17%). Na mensuração da pobreza, Simão (2004) observou que as mesorregiões Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Norte de Minas apresentavam situação crítica de pobreza, sendo que mais da metade da população é considerada pobre. O mesmo acontece com os municípios da região Vale do Rio Doce que não compõem o Vale do Aço. Trata-se de regiões marcadas por uma fraca atividade econômica e pela baixa integração a mercados, com indicadores socioeconômicos inferiores e distintos das demais do Estado (Pereira; Souza, 2020).

Figura 1 - Distribuição das Faixas do IDHM por municípios e mesorregião



Fonte: Elaborada pelos autores.

Quanto a variável explicativa FPM, as observações apresentadas são inferiores às outras variáveis, provavelmente em função de bloqueios de municípios no sistema Integrado de Administração por não cumprirem critérios para liberação do recurso, a exemplo de dívidas com o INSS, ausência de pagamento das contribuições sociais, falta de prestação de contas, dentre outros. Destaca-se nesta variável grande diferença nos intervalos entre os valores máximos e mínimos, sendo que em alguns municípios o valor máximo do FPM per capita é quase quarenta vezes maior que o valor mínimo. O menor valor refere-se ao município de Indianapolis, enquanto o valor máximo é representado pelo município de Serra da Saudade, que possui a menor população do Estado. Esta realidade aponta para a deficiência do critério de distribuição do Fundo pela faixa populacional, que tem mostrado ineficiência entre os municípios (Massardi; Abrantes, 2016; Rodrigues; Silva, 2020).

A variável FICAD2017 que representa as famílias inscritas no CadÚnico em 2017 apresenta valores consideráveis. A média das famílias inscritas no CadÚnico nas cidades mineiras com até 51 mil habitantes é de 75,33%, ou seja, em média, a cada cem famílias, setenta e cinco por cento são inscritas no programa de assistência governamental. Já o valor máximo atinge 91,98%, referente ao município de Santo Antônio do Retiro, que apresentou um IDHM de 0.570, caracterizando um baixo nível de desenvolvimento humano.

Foi operacionalizado o modelo de regressão linear múltipla para evidenciar a relação do IDHM com o FPM e outras variáveis. A RLM se dá em uma forma de estimação por meio de um modelo matemático que descreve a relação entre variáveis, estimando valores para a variável explicada, com base em valores conhecidos de variáveis explicativa (Moraes, 1999). De acordo com o autor, a utilização de múltiplas variáveis independentes reduz o erro e elimina a tendenciosidade causada por omitir uma variável que pode afetar consideravelmente a variável dependente. O modelo final da regressão múltipla estimada com erros-padrão robustos e stepwise (p-valor = 0,10) para a variável dependente “IDHM” é apresentado na Tabela 2.

Tabela 2- Resultados da relação FPM e desenvolvimento socioeconômico

IDHM	Coeficiente	Desvio do Erro	T	Significância
FPMPERC2	-.0051192	.0020155	-2.54	**
RCEL	.0015437	.0003376	4.57	***
TDES	.0001202	.0002785	0.43	
ITESG	.0000364	.0000176	2.07	**
EVNASCER2010	.0065172	.0007225	9.02	***
INDGINI2010	.0495741	.0149096	3.32	***



IDEB2019	.0010549	.0014615	0.72	
FICAD2017	-.0005521	.0001123	-4.92	***
ANALF	-.0030822	.0001958	-15.74	***
TXURB	.0135358	.0060628	2.23	**
FRAR	-.0085386	.0012609	-6.77	***
GPAT	.0046088	.0023061	2.00	**
IMRSSAUDE	.0154809	.0091929	1.68	*
Constant	.0380718	.072075	0.53	

Mean dependent var	0.662	SD dependent var	0.045
R-squared	0.814	Number of obs	755
F-test	261.688	Prob > F	0.000
Akaike crit. (AIC)	-3782.964	Bayesian crit. (BIC)	-3718.190

*** $p < .01$, ** $p < .05$, * $p < .1$
Fonte: Elaborada pelos autores.

Percebe-se que a variável de interesse, FPM *per capita*, se manteve estatisticamente significativa com correlação negativa para explicar a variação na variável dependente, mesmo incluindo outras variáveis. Ressalta-se que, considerando as demais variáveis explicativas, o modelo possui para a variável dependente o coeficiente de determinação de 81,40%, representando um bom nível de explicação no resultado desta variável. Além disso, foi comprovada também inexistência de colinearidade forte entre as variáveis por meio do Teste VIF, que se mostrou abaixo de 5% (1,680). Ademais, de doze variáveis explicativas selecionadas para o modelo, somente duas não são estatisticamente significativas.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O modelo confirmou a hipótese que o FPM não tem relação positiva nas cidades mineiras com até 51 mil habitantes quando confrontado com o IDHM. Esse achado é oposto a finalidade do Fundo, que *a priori*, visa reduzir a desigualdade e promover a equalização dos municípios. Isso vai ao encontro do que foi relatado por Silva e Ferreira (2020), na qual os autores apontam que apesar da importância das Transferências Intergovernamentais para os entes municipais, em alguns casos, elas acabam por intensificar a desigualdade entre as regiões.

Outro fator a ser pontuado é que este Fundo tem a característica de redistribuição de renda, em que municípios menores tendem a receber mais recurso per capita e consequentemente possuem mais recursos para o desenvolvimento. Entretanto, o modelo estatístico utilizado aponta para o caminho oposto, confirmando

que a relação não é positiva entre FPM e o IDHM. Esse achado vai ao encontro de outros estudos na área (Cossio; Carvalho, 2001; Orair; Alencar, 2010; Sakurai, 2013; Massardi; Abrantes, 2016; Diniz et al., 2017) e pode ser explicado pela falta de escala operacional destes municípios para o atendimento das políticas sociais.

Outro ponto que pode justificar a relação negativa entre a variável explicativa e a variável explicada está na baixa arrecadação de recursos próprios dos municípios em detrimento das transferências intergovernamentais, indicando uma acomodação com os repasses recebidos, que representam mais que 95% dos recursos destes municípios. De acordo com Orair e Alencar (2010), cerca de 41% dos municípios brasileiros em 2007 apresentaram indícios dessa baixa arrecadação de tributos próprios, ocasionando uma redução da arrecadação interna. Já autores como Massardi e Abrantes (2016), apontam que 45% dos municípios mineiros entre 2005 e 2009 apresentaram dependência do repasse do FPM.

Adicionalmente, a relação negativa entre o FPM e o IDHM pode estar vinculado à redução e variação do repasse do FPM. De acordo com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), 27,25% das prefeituras brasileiras encerraram o ano de 2023 com *déficit*, representando em torno de 1.214 municípios, que em sua maioria são dependentes do repasse do FPM. Aponta-se também, durante o período da pesquisa, a redução da arrecadação do imposto de renda e um aumento da sua restituição afetou o valor do repasse do FPM

A variável referente as residências com acesso à energia elétrica (RCEL) demonstrou uma relação positiva com a variável IDHM fato confirmado por Zuba (2017) e Carvalho (2019) ao apontarem que o acesso em níveis adequados é fundamental para atividades humanas, para o crescimento econômico e o desenvolvimento humano. Isso pode ser traduzido em melhores condições para o crescimento do capital humano (De Souza et al., 2021). Neste aspecto, residências que dispõe de energia elétrica tem maiores condições de acesso ao conhecimento, acesso à educação, produção de renda, melhora na qualidade de vida, elementos esses importantes para o desenvolvimento humano. Ademais, Bispo (2009) aponta que a energia elétrica domiciliar no Estado de Roraima é um fator que ajuda explicar o IDHM naquela região. Outros estudos que utilizaram a variável energia elétrica e uma melhora na qualidade de vida e desenvolvimento socioeconômico são Oliveira et al., (2015), Silva, Ijaz (2018) e Silva e Ferreira, (2020).

Quanto à variável explicativa Índice de Gini (2010), identificou-se uma relação positiva com o IDHM, contrariando a expectativa teórica da presente pesquisa. O Índice de Gini é utilizado para medir a desigualdade de renda e sua escala varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo atribuído 0 a uma situação de extrema igualdade e 1 para extrema desigualdade. Um fator de explicação para a relação positiva está em que em determinadas situações, um significativo grau de disparidade econômica pode representar um elevado padrão de vida para os estratos sociais mais privilegiados. Tal dinâmica contribui para a elevação do IDHM, uma vez que reflete positivamente nos indicadores associados à renda, mesmo que essa prosperidade esteja concentrada em segmentos específicos da população. O resultado obtido vai ao encontro do trabalho de Menezes e Furriel (2019), onde os referidos autores concluem que nos municípios brasileiros em que o coeficiente de Gini é alto, existe uma tendência a haver um maior nível de IDHM.

Todavia, os resultados encontrados abrem precedentes para reflexão, visto que um Índice de Gini elevado representa maior concentração de renda em grupos pequenos, o que pode acarretar em falta de renda em grupos maiores.

A variável esperança de vida ao nascer (EVNASCER2010) é estatisticamente significativa a 1%. A variável apresenta relação positiva com o IDHM, indicando que a expectativa de vida ao nascer contribui de forma positiva com o desenvolvimento humano. Considerando que quanto maior for a expectativa ao nascer, menores serão as mortes de recém-nascidos, a presente variável se torna importante frente a variável dependente. O estudo de Barro (1996) aponta que países em que investiram em maior expectativa de vida contam com melhores indicadores socioeconômicos.

O resultado encontrado a respeito da expectativa de vida ao nascer vai ao encontro do resultado encontrado por Souza e Fonseca (2014), que utilizaram da variável para identificar a relação com o desenvolvimento humano e socioeconômico. O aumento da expectativa de vida ao nascer pode ser traduzido em vidas humanas sendo salvas através da melhoria da medicina e na saúde pública dos municípios e consequentemente pessoas que poderão ter acesso à educação, saúde, emprego, renda, aspectos esses importantes para o desenvolvimento humano.

Com relação a variável taxa de urbanização (TXURB), observou-se que a variável é estatisticamente significativa a 5% e que existe uma relação positiva com a variável dependente, indicando que quanto mais urbanizado o município, constata-se uma tendência de desenvolvimento. De acordo com Moisés (2008), o processo de



urbanização acelerada tem efeito direto na administração pública, e consequentemente o nível de serviços públicos ofertados, haja vista que nessa situação a demanda por serviços públicos é maior. Dessa forma, a urbanização de um município traz a expectativa de maior desenvolvimento socioeconômico, visto que existe uma tendência natural de maior expansão da economia local, o que acaba por gerar empregabilidade, renda, acesso a serviços essenciais.

Por exemplo, países considerados com um bom desenvolvimento, como os Estados Unidos, Japão e Inglaterra contam com uma taxa de urbanização de até 95%. Cossio e Carvalho (2001) apontam que regiões com maior concentração municipal apresentam níveis de renda, grau de industrialização que contribuem para o desenvolvimento.

A variável explicativa famílias inscritas no CadÚnico em 2017 (FICAD2017) representa as famílias que recebem assistência financeira do governo. A variável apresentou-se estatisticamente significativa a 1%, embora tenha-se detectado uma relação negativa com o IDHM. Cabe ressaltar a importância de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, para as famílias consideradas de baixa renda. De acordo com dados do governo, o Bolsa Família atende cerca de quatorze milhões e duzentos e oitenta mil (14.280.000) famílias (BRASIL, 2020^a).

A relação negativa desta variável com o IDHM pode ser explicada pelo baixo poder econômico das famílias que mesmo recebendo assistência governamental, não apresentam renda suficiente ou acesso às políticas públicas relacionadas à qualidade de vida e desenvolvimento humano. As transferências de rendas realizada através do programa, em tese, se trata do único rendimento financeiro adquirido por essas famílias (Rego, 2008), de modo que o recurso monetário é suprimido pelas necessidades básicas das famílias, como o gasto com alimentação.

A variável explicativa analfabetismo (ANALF), estatisticamente significativa a 1%, e nível de confiabilidade de 99% no resultado, apresentou uma relação negativa com o IDHM. Fitoussi e Stiglitz (2012), apontam que o processo de desenvolvimento humano deve ser analisado além da ótica de renda. Alguns fatores podem explicar a relação negativa das variáveis. Por exemplo, o analfabetismo compreende pessoas incapazes de interpretar o que leem ou de usar a leitura e escrita em atividades cotidianas, impossibilitando seu desenvolvimento pessoal e profissional (Ribeiro, 1997). Aponta-se a tendência de pessoas analfabetas não se desenvolverem de forma pessoal e consequentemente sob a ótica profissional, o que faz com que haja uma



baixa efetividade no IDHM. Esse resultado vai ao encontro do resultado encontrado por Souza e Esteves (2019), onde demonstram que o analfabetismo tem uma relação negativa com o IDHM.

Quanto a variável GPAT que representa o gasto per capita com atividade de saúde, a variável aponta uma relação positiva com o IDHM, o que de fato é importante para o desenvolvimento socioeconômico, haja vista que maior gasto em saúde em prol da população contribui com uma série de aspectos importantes para o desenvolvimento, tais como capacidade laboral, capacidade intelectual, aumento da expectativa de vida, prevenção de doenças. Este resultado vai ao encontro da pesquisa de Bosch et al., (2012) em que os autores apontam que maior gasto em saúde promove maiores níveis de eficiência da administração local em prol da sociedade.

Vieira et al. (2019), pesquisara o repasse do FPE e constataram que a transferência tem o poder de diminuir as desigualdades entre os Estados, mas que as desigualdades intrarregionais não se alteram. Sob a luz da Teoria Econômica, pode ser visto que o FPM não se relaciona de forma positiva com o IDHM. Um ponto explicativo se dá pelo fato que o não relacionamento positivo entre as duas variáveis pode se dar na diferença de escala e de investimentos dos municípios. Aqueles com baixos investimentos, seja em educação, saúde, saneamento, infraestrutura, acabam por não oferecer serviços de qualidade a sociedade, o que por consequência não alavanca desenvolvimento socioeconômico.

6 CONCLUSÃO

O presente estudo investigou a relação do Fundo de Participação dos Municípios e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Através dos procedimentos estatísticos empregados, foi observado que o FPM, nos municípios mineiros com até 51 mil habitantes, não tem uma relação positiva com o IDHM. Foi utilizada a regressão simples e a regressão múltipla e foi observado uma relação negativa entre o IDHM e o FPM.

Em função da pequena escala operacional para atender às políticas públicas e também pela pequena demanda da população de municípios com baixo número de habitantes os repasses das transferências intergovernamentais, mesmo que apresentem valor per capita considerável, não são capazes de mudar a realidade de



alguns municípios considerando o alto custo médio para atendimento a um pequeno número de habitantes e a estrutura de capital necessária para operacionalizar estes atendimentos. Diante deste fato, questiona-se o papel equalizador do Fundo considerando o alto repasse per capita em função da faixa populacional, falta de fatores locacionais e até mesmo pela redução do repasse para municípios de maior porte que já se encontram muitas vezes em estágios de deseconomia de escala, com alta demanda e falta de estrutura operacional.

Foi observado também que das doze mesorregiões de Minas Gerais, em onze o FPM tem uma relação negativa com o IDHM. A única mesorregião que apontou uma relação positiva é a região da Zona da Mata. Todavia, é importante mencionar que a Zona da Mata representa apenas o oitavo melhor IDHM do estado de Minas Gerais. Vale ser citado também que houveram variáveis explicativas que sugerem uma relação positiva com o IDHM, como por exemplo o Índice de Gini, taxa de urbanização, famílias inscritas no CadÚnico, saúde dentre outros.

Esses achados contribuem com os formuladores das políticas públicas a fim de repensarem maneiras de redistribuição do Fundo para que haja maior atendimento e equalização nos pequenos municípios mineiros, a fim de haver melhoria nos indicadores de desenvolvimento humano.

Os resultados apresentados contribuem com a literatura existente sobre como os municípios menores aplicam os recursos das transferências intergovernamentais, ao indicar que ao contrário do mecanismo do Fundo para amenizar as desigualdades regionais, o repasse financeiro não apresentou atuação direta e positiva com o desenvolvimento econômico e social dos municípios mineiros. De modo que outras variáveis ajudam a explicar uma relação positiva com o IDHM.

REFERÊNCIAS

BACHUR, J. P. Federalismo fiscal, atribuições fiscais constitucionais e equalização regional: EUA, Alemanha e Brasil em perspectiva comparada. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 4, p.377-401, 2005.

BARRO, R. J. **Determinants of economic growth: A cross-country empirical study**. Cambridge. 1996.

BARROSO, J.; PEREIRA, A.; SILVA, R.; BRESCIANI, L.; PREARO, L. The Effects of Public Spending on Education, Health and Work on the Performance of the FIRJAN

Municipal Development Index in Cities in the State of São Paulo. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, p. 1-19, 2022.

BATISTA, M. Burocracia local e qualidade da implementação de políticas descentralizadas: uma análise da gestão de recursos federais pelos municípios brasileiros. **Revista do Serviço Público**, v. 66, n. 3, p. 345-370, 2015.

BISPO, R. S. **IDH de Roraima: condicionantes e especificidades**. Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BOSCH, N; ESPASA, M; MORA, T. Citizen control and the efficiency of local public services. **Environment and Planning C: Government and Policy**, v. 30, n. 2, p. 248-266, 2012.

BREMAEKER, F.E.J. 2011. Distribuição dos Royalties do Pré-Sal e a equidade através do FPM: a distância entre as palavras (intenções) e os números (realidade). Salvador. Estudo Técnico nº128, 2011. Disponível em: <http://tinyurl.com/afrwomp>. Acesso em: 5 fev. 2024.

CARNEIRO, R; BRASIL, F. P. D. Descentralização e financiamento dos municípios no Brasil contemporâneo. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 9, n. 2, p. 87-104, 2010.

CARVALHO, N. J. **A evolução dos sistemas energéticos no Brasil frente aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. 2019. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Energia). Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2019.

CNM – Confederação Nacional dos Municípios. Crise Fiscal nos Municípios brasileiros. Disponível em: https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos_tecnicos/202405_ET_CrisenosMunicipios_2023.pdf >. Acesso em: 4 de jan. 2024.

CORRALO, G. S. Silêncio, eficiência e eficácia nas administrações municipais brasileiras. **A&C Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, v. 19, p. 253-269, 2019.

COSSIO, F. A. B.; CARVALHO, L. M. Os Efeitos expansivos das transferências intergovernamentais e transbordamentos espaciais de despesas públicas: evidências para os municípios brasileiros. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 31, n. 1, 2001.

CRUZ, S.; ROCHA, A. S. C. Programa Bolsa Família como vetor de desenvolvimento municipal na região do Grande ABCD: um estudo de caso. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 9, n. 1, p. 20-44, 2021.

DALBERTO, C. R.; ERVILHA, G. T.; BOHN, L.; GOMES, A. P. Índice de desenvolvimento humano eficiente: uma mensuração alternativa do bem-estar das nações. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 45, n. 2, p. 337-363, 2015.



DANIELS, L., MINOT, N. **An introduction to statistics and data analysis using stata**. London, 2019.

DANTAS, A. F. JÚNIOR, D, J. A., LIMA, S. C. A Influência do Federalismo Fiscal sobre o Estresse Fiscal dos Municípios Brasileiros. **Avanços na Contabilidade Científica e Aplicada**, v.12, n.3, p. 62-78, 2019.

DE SOUZA, J. L.; DA SILVA SOUZA, M. M.; JÚNIOR, F. C. C. Estudo da valorização das competências do capital humano em duas empresas do comércio varejista na cidade de Juazeiro/BA. **Administração de Empresas em Revista**, v. 4, n. 26, p. 143-161, 2021.

DINIZ, J. A.; DE LIMA, R. H.; MARTINS, V. G. O efeito *flypaper* no financiamento da educação fundamental dos municípios paraibanos. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 9, n. 2, p. 95-104, 2017.

FADILAH, A.; ANANDA, C. F.; KALUGE, D. A panel approach: how does government expenditure influence human development index? **Journal Ekonomi Dan Studi Pembangunan**, v.10, n. 2, p. 130-139, 2018.

FITOUSSI, J. P.; STIGLITZ, J. Nouvelles reflexions sur la mesure du progrès social et du bien-être. **Revue de l'OFCE, Presses de Sciences**, v.1, p. 311-328, 2012.

FONTINELE, N.F.; TABOSA, F.J.S.; SIMONASSI, A.G. Municípios cearenses: uma análise da capacidade de utilização dos recursos oriundos dos repasses constitucionais. **Revista Ciências Administrativas**, v. 20, n. 2, p. 724-746, 2014.

GRIKE, F.; SANTOS, G. D.; OLIVEIRA, M. R. Idhm e a taxa de matrículas no ensino médio: uma análise multivariada dos maiores municípios que nomeiam as microrregiões do estado do Paraná. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 14, n. 30, 2018.

HINES, J. R.; THALER, R. H. Anomalies: The flypaper effect. **Journal of economic perspectives**, v. 9, n. 4, p. 217-226, 1995.

IJAZ, M. Does poverty reduction cause economic development? Sukkur IBA. **Journal of Economics and Finance**, v. 2, n. 1, p. 36-54, 2018.

LEROY, R. S. D. et al., Estrutura Arrecadatória e desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios Mineiros. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 41, p. 164-201, 2017.

LOPES, M.S.; SUCUPIRA, G.I.C.S. 2016. Análise da Importância do FPM para a Receita do Município de Taiobeiras/MG. In: AdCont (Congresso), Rio de Janeiro, 2016. **Anais...** Rio de Janeiro.

LOPREATO, F. L. C. Federalismo brasileiro: origem, evolução e desafios. **Economia e Sociedade, Campinas**, v. 31, n. 1, p. 1-41, 2022.



MASSARDI, W. O.; ABRANTES, L. A. Dependência dos municípios de Minas Gerais em relação ao FPM. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, Salvador**, v. 1, n. 6, p. 173-187, 2016.

MENDES. M.; MIRANDA, R. B.; COSSIO, F. B. **Transferências intergovernamentais no Brasil: diagnóstico e proposta de reforma**. Senado Federal, Consultoria Legislativa, 2008.

MENEZES, A. F. B.; FURRIEL, W. O. Modelos de regressão para dados de proporção: Beta e Simplex com aplicação ao IDHM 2010. **Brazilian Journal of Biometrics**, v. 37, n. 3, p. 394-408, 2019.

MOISÉS, H. O município-rede: planejamento, desenvolvimento político e sustentabilidade, 2008. Disponível em: Acesso em: 5 de fev. 2016.

MORAES, R. O. Regressão Linear –Uma ferramenta na Evidenciação dos Impactos Tributários nas Demonstrações Contábeis. In: XXIII EnANPAD, Foz do Iguaçu, 1999. **Anais...** Foz do Iguaçu, 1999.

NAVARRO-CHAVEZ, J. C.; AYVAR-CAMPOS, F. J.; GIMENEZ-GARCIA, V.M. Generacion de bienestar social en México: un estudio DEA a partir del IDH. **Economía, Sociedad y Territorio**, Zinacatepec, v. 16, n. 52, p. 591-621, 2016.

OATES, Wallace E. An essay on fiscal federalism. **Journal of economic literature**, v. 37, n. 3, p. 1120-1149, 1999.

OLIVEIRA, F. A. Teorias da Federação e do Federalismo Fiscal: o caso brasileiro. **Texto para discussão**, v. 43, 2007.

OLIVEIRA, F. G. et al. Vulnerabilidade, pobreza e a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) nas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) do Distrito Federal. **Prêmio Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, p. 35, 2015.

OLIVEIRA, R. B.; DE SOUSA, E. P.; RODRIGUES, A. M. G. Análise do bem-estar municipal no nordeste brasileiro sob a ótica do IDHM eficiente. **Ciências da Administração**, v. 25, n. 65, p. 2, 2023.

ORAIR, R. O.; ALENCAR, A. A. Esforço fiscal dos municípios: indicadores de condicionalidade para o sistema de transferências intergovernamentais. **Monografia premiada do Tesouro Nacional, Brasília**, 2010.

PANSANI, D. A.; SERRANO, A. L. M.; FERREIRA, L. O. G. Análise de Evidências e Causas do Efeito Flypaper e da Ilusão Fiscal nos Estados e Municípios Brasileiros. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 12, n. 3, 2020.

PEREIRA, N. J.; SOUZA, K. R. de. Pobreza no estado de Minas Gerais: uma análise da região norte. **Revista Iniciativa econômica**, v. 4, n. 2. 2020.

PINTO, C. V. S.; ROCHA, B. N.; PIRANI, N. C. **Indicadores sociais e desenvolvimento rural: um estudo sobre o índice de desenvolvimento humano municipal rural no Brasil**. 2018.

REGO, W. L. Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família. **Lua Nova, São Paulo**, v. 73, p. 147-185, 2008.

REZENDE, F. **Os desafios do federalismo fiscal**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

RIBEIRO, V. M. Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. **Educação & Sociedade**, v. 18, p. 144-158, 1997.

ROCHA, C. A. A. **Brazilian federal transfers to state and municipalities**: a quick reference guide. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa. Texto para Discussão nº 264, 2019. Disponível: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discus-sao/td264-b>. Acesso: jan.2024.

RODRIGUES, M.; SILVA, D. C. C. Concentração e dependência das transferências constitucionais nos municípios do Pará. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 25, n. 80, 2020.

SAAB, F. et al. Políticas públicas e desenvolvimento humano: fatores que impactam o IDH em municípios brasileiros. **RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 20, n. 2, p. 209-230, 2021.

SAKURAI, S. N. 'Efeitos assimétricos das transferências governamentais sobre os gastos públicos locais: evidências em painel para os municípios brasileiros', **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 43, n. 2, 2013.

SANTOS, M. R.; FONSECA, G. S. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2000 e 2010 da microrregião de Salinas-Norte de Minas. **Revista Cerrados (Unimontes)**, v. 12, n. 1, p. 225-247, 2014.

SARUC, N. T.; SAGBAS, I. The surge impact of the effect flypaper, substitution and simulation effect on local tax effort in turkey. **International Research Journal of Finance and Economics**, v. 13, p. 42-49, 2008.

SCHOUERI, L. E. **Direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVA, J. N; FERREIRA, M. A. M. Heterogeneidade e Transferência Intergovernamental: Estudo da Zona da Mata-MG. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 50, p. 55-71, 2020.

SIMÃO, R. C. S. **Distribuição de renda e pobreza no estado de Minas Gerais**. 2004. Piracicaba, 2004. 112 p. Dissertação (Economia Aplicada) - Universidade de São Paulo USP- São Paulo, 2004.



SOARES, C. S.; FLORES, S. A. M.; CORONEL, D. A. O comportamento da receita pública municipal: um estudo de caso no Município de Santa Maria (RS). **Desenvolvimento em questão**, v. 12, n. 25, p. 312-338, 2014.

SOUZA, R. B.; DA FONSECA, M. A. R.; LIMA, D. C. B. P. O analfabetismo funcional: reflexo nas desigualdades sociais do BRASIL. **Revista Uniaraguaia**, v. 18, n. 2, p. 201-214, 2023.

SOUZA, R. K.; ESTEVES, F. R. Análise de municípios brasileiros selecionados a partir da dimensão educação do índice de desenvolvimento humano. **Atlante Cuadernos de Educación y Desarrollo**, n. jul, 2019.

TRISTÃO, J. A. M. **A administração tributária dos municípios brasileiros: uma avaliação do desempenho da arrecadação**. 2003. Tese (Doutorado em Administração). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003.

VELOSO, J. **As Transferências Intergovernamentais e o Esforço Tributário Municipal: Uma Análise do Fundo de Participação dos Municípios Universidade de Brasília**, 2008. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2008.

VIEIRA, M. A.; ABRANTES, L. A.; ALMEIDA, F. M.; ANJOS, D. A. Implicações do Fundo de Participação dos Estados (FPE) na Redução das Desigualdades Regionais. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 22, n. 1, p. 136-15, 2019.

VIEIRA, M. et al. Efeitos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros. In: VIII Congresso Nacional de Administração e Contabilidade-AdCont 2017, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro.

ZUBA, M. E. **A energia elétrica como instrumento de desenvolvimento humano e o desafio ao plano nacional de energia brasileiro**. 2017. 113 p. Dissertação de Mestrado, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paraná, 2017.